

UM BREVE HISTÓRICO DA CONSOLIDAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS

Márcia Helena de Lima

Pedagoga, Mestre em Geografia pela UFU
Profa. da FEIT/UEMG) e Depto. Pedagogia do CESUC
Avaliadora das Condições de Ensino Superior do INEP/MEC
e-mail: marciaxavier@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo trata da compreensão do tema abordado, priorizando uma postura metodológica que possibilite constatações e reflexões sobre a questão agrária no Triângulo Mineiro, com ênfase em Uberlândia, mas apontam-se aspectos dessa estrutura em nível nacional.

Palavras chaves: *Movimentos para propriedade de terra, reforma Agrária, Cidade e campo.*

A BRIEF HISTORICAL OF THE AGRARIAN REFORM CONSOLIDATION IN THE TRIÂNGULO MINEIRO REGION: PROGRESSES AND SETBACKS

ABSTRACT

This article is focused at the understanding of the approached theme, a methodological posture was prioritized to facilitate verifications and reflections on the agrarian subject in the Triângulo Mineiro, with emphasis in Uberlândia, although the aspects of that structure are aimed in a nationwide range.

Keywords: *Movements for land ownership, Agrarian reform, City and field.*

INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo é demonstrar como surgiram os primeiros assentamentos de reforma agrária na região do Triângulo Mineiro, com ênfase na cidade de Uberlândia, e verificar a relação desse contexto de enfrentamento, baseado em questões agrícolas e agrárias com o processo de

modernização da agricultura.

As análises seguirão algumas referências bibliográficas sobre a questão agrária nacional, mas priorizar-se-ão nesse momento pesquisas que enfocam aspectos regionais.

Nesse sentido, foram abordados dois aspectos: o primeiro que trata da modernização e dos efeitos sociais provocados na agricultura, e o segundo que retrata como tais efeitos sociais

contribuíram para a disseminação da luta pela terra na região do Triângulo Mineiro.

A modernização e os feitos sociais

Os efeitos sociais da modernização da agricultura presentes na sociedade brasileira demonstram uma caracterização histórica de valorização da indústria exportadora, como solução para os problemas econômicos do país.

É somente a partir de 1971/72 que se define, nos setores públicos responsáveis, um projeto para o encaminhamento integrado do processo de modernização, em função de necessidades de aumentar os excedentes agrícolas exportáveis, dando assim suporte à estratégia de crescimento econômico que se implementava desde 1967 e que estava baseada no recurso ao endividamento externo como forma de complementação da poupança global no país. Com efeito, o processo de modernização, que rompe o tradicional sistema de crescimento da agricultura brasileira, ocorre quando são definidos novos padrões de acumulação da economia do País, tendo como uma de suas fontes a chamada agricultura de exportação.(MIRANDA NETO, 1985: 93).

A origem do progresso técnico da agricultura ocorreu no período da expansão do capital industrial, sendo que, na medida em que se priorizou o processo de crescimento da indústria desconsideraram-se as necessidades básicas inerentes à existência humana.

Torna-se importante destacar que o processo de concentração da propriedade da terra em um país capitalista como o Brasil, demonstra índices de uma estrutura organizacional consumista e injusta, caracterizando reflexos desiguais nos diferentes setores produtivos.

Considerando as premissas acima, é oportuno salientar que as questões que envolvem a reforma agrária, seja nos foros acadêmicos, ou, em algumas esferas do senso comum, precisam ser analisadas, considerando a realidade da população brasileira representada por uma parcela significativa que depende do campo para sobreviver.

Diante desse contexto, os assentamentos de reforma agrária vêm se configurando como uma alternativa de sobrevivência diante desse quadro nacional e regional, por seu investimento na formação de cooperativas e valorização da produção coletiva.

O processo de concentração da propriedade da terra em um país capitalista como o Brasil, demonstra índices de uma estrutura agrária e agrícola consumista e injusta, caracterizando reflexos desiguais nos diferentes setores produtivos.

Os dados apresentados aqui representam as estatísticas oficiais (INCRA), e reforçam que a reforma agrária no Brasil está acontecendo de fato, contrariando as informações veiculadas pelos meios de comunicação. Assim, no período de 1964 a 1985, foram assentadas 77.465 famílias, em uma área 13.851.395 hectares, situação que coincide com o período do golpe militar. O Estado passa a agir de forma atuante no campo:

(...) seja como elemento de repressão do movimento social, seja como implementador de uma política modernizante do campo, política tal que moderniza a produção, mas mantém a estrutura fundiária e o poder das elites agrárias, podemos dizer que o acordo da burguesia industrial e latifúndio é reeditado (MAIA, 1999: 51).

Nos anos de 1985 a 1989, em uma área menor de 4.505.788 hectares, foram assentadas 83.687 famílias,

demonstrando que os Movimentos sociais começam o enfrentamento com as instâncias governamentais, buscando o reconhecimento e a legitimação da reforma agrária.

Os anos de 1990 marcaram o campo brasileiro, pois caracterizou-se a disposição dos Movimentos em concretizar o embate em defesa da reforma agrária. De 1990 a 1992, foram assentadas 42.516 famílias em 2.581.766 hectares de terra.

A partir de 1995, com os Projetos de Colonização (PC), as estruturas governamentais começaram o processo oficial de reforma agrária. Apesar de toda a problemática que é característica desse momento histórico, foram assentadas 42.912 famílias em um total de 1.242.334 hectares.

Em 1996, o número de famílias assentadas foi de 62.044, atingindo um total de 2.259.918 hectares. A partir daí, os Movimentos ganharam força e as ocupações não param de acontecer, demonstrando que a reforma agrária é uma questão que precisa ser viabilizada.

Os números apontados evidenciam que a reforma agrária é uma necessidade, tanto como meio de socialização de terras, como para a melhoria da

qualidade de vida, pois garante de forma mais igualitária o aumento do número de empregos disponíveis no campo, e, conseqüentemente, a diminuição do contingente de desempregados na cidade.

Abrir-se à sociedade quis dizer especificamente levar a Reforma Agrária para as cidades, a partir de uma compreensão de que embora ela seja uma luta a ser conduzida pelos próprios trabalhadores da terra, esta é também uma luta que diz respeito ao conjunto da sociedade e por ela deve ser assumida. Reforma Agrária, uma luta que se faz no campo, mas que se decide na cidade (CALDART, 2000: 32).

O balanço que equívale aos anos de 1964-1996 é considerável se for possível pensar que seriam 25.185.178 famílias na cidade, sem condições de subsistência, e submetidas à marginalidade e formas desumanas de sobrevivência. Assim, a consolidação da reforma agrária no Brasil, está longe de ser apenas a luta pela divisão de terras improdutivas, mas um referencial que contrapõe a situação de opressão e miséria em uma sociedade excludente.

A modernização da agricultura atingiu os pequenos produtores, tirando-lhes as

condições de trabalho autônomo; transformando-os em trabalhadores assalariados, e a indústria não absorveu toda a mão-de-obra que vinha do campo, gerando graves conseqüências sociais.

Esse sistema político, que muitas vezes inviabiliza esse processo, tem as suas formas de contribuir para a efetivação da reforma agrária, através de Projetos de Colonização, que significa a desapropriação de terras, com o apoio e interesse dos órgãos governamentais.

Os efeitos da modernização da agricultura presentes na sociedade brasileira demonstram uma caracterização histórica de valorização da indústria exportadora, como solução para os problemas econômicos do país.

O progresso técnico da agricultura se originou no período da expansão do capital industrial, sendo que, na medida em que se priorizou o processo de industrialização, desconsiderou-se as necessidades inerentes ao homem, à sociedade e à natureza.

É somente a partir de 1971/72 que se define, nos setores públicos responsáveis, um projeto para o encaminhamento integrado do processo de modernização, em função de

necessidades de aumentar os excedentes agrícolas exportáveis, dando assim suporte à estratégia de crescimento econômico que se implementava desde 1967 e que estava baseada no recurso ao endividamento externo como forma de complementação da poupança global no país. Com efeito, o processo de modernização, que rompe o tradicional sistema de crescimento da agricultura brasileira, ocorre quando são definidos novos padrões de acumulação da economia do País, tendo como uma de suas fontes a chamada agricultura de exportação (MIRANDA NETO, 1985: 93).

HAMIDA (1988), em seu artigo: *Os guardiães da terra*, constatou que, no Brasil, por causa do processo de modernização da agricultura, aconteceu a expulsão de muitas comunidades indígenas para dar lugar à construção de hidrelétricas e rodovias financiadas pelo capital estrangeiro.

Nesse contexto, a atividade ilegal de extração de areia do solo é reforçada, pois além de ser prejudicial ao meio ambiente, acaba com a fertilidade da terra, provocando erosão.

A disseminação da indústria capitalista iniciou a dissolução da pequena

indústria camponesa, aumentando a competição pela produção de mercadorias de boa qualidade e de baixo custo, que só poderia ser efetivada através das empresas tecnicamente modernas.

Referendou-se então, a ideologia modernizante, em que a agricultura e a indústria pareciam estar interligadas, mas, as conseqüências sociais decorrentes dessa “parceria” demonstraram, e demonstram as contradições dessa relação e suas marcas nas populações rurais.

A modernização da agricultura tinha o apoio da política oficial, que estabelecia a compra de máquinas agrícolas e insumos modernos, sem avaliar que o uso constante desses utensílios e produtos prejudicaria o meio ambiente.

Diante do processo de modernização da agricultura, esgotou-se, para uma parcela da população, as possibilidades de vida digna no perímetro rural, ou mesmo urbano. Assim, surgiram algumas iniciativas de busca pelo espaço de sobrevivência e de direitos igualitários, o que, em parte, pode ser explicado pela rotatividade de governantes e parlamentares, que não priorizam a resolução desses problemas.

O aumento da violência tem ceifado, no campo e na cidade, a vida de trabalhadores do campo ou de suas lideranças sindicais, políticas, religiosas, etc. nas cidades. Assim, cidade e campo vão se unindo dialeticamente, quer no processo produtivo, quer no processo de luta por melhores salários, por melhores preços para os produtos agrícolas e particularmente pela reforma agrária (OLIVEIRA, 1998: 477).

De um lado, aconteceram fatos como a ampliação de agroindústrias, rodovias, bancos, máquinas agrícolas, aumento da produção e produtividade, enquanto que, de outro, explicitaram-se as conseqüências sociais, comprovadas na expropriação e expoliação de pequenos produtores, inchaço de centros urbanos, geração de bóias-frias, crescimento de favelas, degradação ambiental, desemprego, fome e miséria.

A agricultura tem um papel fundamental para a nação brasileira, mas é fato que a opção pela modernização não seguiu interesses éticos, de formação do homem ou de valorização do meio ambiente. Prevaleceram, sobretudo, interesses econômicos e políticos, embora o discurso tentasse mostrar o contrário:

(...) tendo em conta a importância do papel reservado ao desenvolvimento agropecuário nos marcos das novas diretrizes de política econômica, fica mais realçada ainda a oportunidade da questão. À agricultura estaria reservado um papel-chave na solução dos principais problemas que afligem a Nação, que são a inflação o desequilíbrio no balanço de pagamentos e o problema energético (ROMEIRO e ABRANTES, 1980: 55).

É importante relatar a relação entre desenvolvimento econômico, social e reforma agrária, que culminou em dois processos interligados: a concentração da propriedade da terra nas mãos de latifundiários, e a existência de uma grande parte da população destituída de terra.

Com baixo nível de tecnologia e produtividade, pequeno poder de comercialização e custos de produção elevados, a pequena propriedade, que muitas vezes, caracteriza-se pela agricultura familiar, tem se tornado cada vez menos produtiva, e a tendência tem sido a sua extinção, principalmente porque além dos problemas na área agrícola, de produção e comercialização, a situação se agrava mais com a deficiência de certos

serviços como saúde, educação e meio ambiente.

A agricultura familiar é um segmento de grande importância econômica e social do meio rural, com grande potencial de fortalecimento e crescimento. É também um setor estratégico para a manutenção e recuperação do emprego, para redistribuição de renda, para a garantia da soberania alimentar do país e para a construção do desenvolvimento sustentável.

Durante muitos anos, a terra concentrou-se nas mãos de grandes proprietários, expropriando pequenos trabalhadores rurais, índios e bóias-frias, como pode ser constatado nos escritos de POLETTI (1985).

A luta pela reforma agrária abrange questões mais amplas do que simplesmente a apropriação de um espaço territorial, na medida em que ela está envolvida por princípios objetivos e subjetivos, que têm como uma de suas prioridades, a conquista de direitos sociais que compõem a cidadania.

Segundo MINEIRO (1991), em seu artigo "*Sangue sobre Terra*", a mentalidade que engloba a política agrícola nacional revela que a terra se tornou valor de especulação,

justificando a existência de imensas terras improdutivas.

Contudo, o autor argumenta que é do segmento territorial menos extenso que se extrai grande parte da produção alimentícia do país, enquanto os grandes latifúndios priorizam a exportação.

Diante disso, torna-se incoerente o fato de um país como o Brasil continuar exportando grãos, como o arroz e o feijão, enquanto uma maioria populacional carece desses mesmos grãos em sua mesa.

O debate sobre a crise da terra no Brasil não envolve somente o aspecto da propriedade, mas também o da produção, principalmente em se tratando de um país urbanizado, que depende do campo para obtenção de sua produção alimentícia.

O desenvolvimento do País defronta-se com uma questão agrária. Trata-se de uma questão estrutural, porque não pode ser solucionada exclusivamente com medidas de política agrícola ou social, uma vez que a eficácia dessas políticas é anulada por uma estrutura fundiária defeituosa (FREIRE, 1997: 13).

Contra-pondo-se a isto, os pequenos

agricultores e trabalhadores rurais tentam cuidar do solo respeitando-o, porque vêem nele a possibilidade de emprego e de subsistência, conforme COSTA (1992).

Desde a escravidão, passando pelos índios, até os bóias-frias atuais, pode se observar que a terra é um valor vedado a milhares de pessoas. Assim, a luta pela posse da terra representa uma continuidade das lutas camponesas: índios e negros, os quais defendiam no ano de 1800 territórios invadidos pelos bandeirantes e colonizadores, e somavam esforços pela luta e liberdade da terra própria, na construção de quilombos.

O debate que perpassa a luta pela terra na região do Triângulo Mineiro vem crescendo significativamente, trazendo à tona a discussão sobre reforma agrária. O contexto histórico dessa região demonstra a indiferença e o desinteresse das elites no processo de democratização da terra, pois a política de modernização da estrutura agrária apenas substituiu o latifúndio pela empresa capitalista.

Os defensores da reforma agrária defendem que a terra representa três aspectos fundamentais para o

desenvolvimento de uma sociedade que almeja a transformação social; o mundo do trabalho, que contraria a lógica da revolução industrial; a produção alimentar, que precisa considerar que, na sociedade brasileira, existem duas faces antagônicas, a dos que comem, e dos que não comem; e o terceiro diz respeito à construção da cidadania, em um país que se pretende justo, democrático e social. “*Esse povo construtor é capaz de reinventar a história (...) legitimam essa história, num mundo que já proclamou o fim da história* (TIERRA: 2001)”.

Nesse sentido, a produção está voltada para o contexto dos assentados, existindo algumas formas adotadas para efetivá-la: núcleos de produção, grupos coletivos e associações coletivas.

Dentre os desafios enfrentados em assentamentos de reforma agrária, pode-se perceber a dificuldade em organizar cooperativas regionais de comercialização, prestação de serviços e de produção, bem como a introdução de novas técnicas de produção e manejo, que permitam elevar a produtividade e assegurar maior renda às famílias assentadas, principalmente em regiões conservadoras, como no Triângulo Mineiro.

A concentração da propriedade da terra direciona e determina o poder econômico e político da região de Minas Gerais, subordinando a população rural e criando uma cultura contraditória e excludente.

Assim, o desequilíbrio social causado pelo processo de modernização da agricultura conduz a constatação de que a luta pela reforma agrária precisa ser analisada dentro de um parâmetro sociológico e histórico, exigindo o cumprimento de uma determinação constitucional: fazer reforma agrária, para oferecer empregos e aumentar a produção agrícola nacional.

Essa abordagem sócio-histórica fundamenta a construção teórica do próximo tópico, que se orientará por considerações sobre a região do Triângulo Mineiro, buscando registrar o início dos primeiros assentamentos de reforma agrária neste contexto.

A luta pela reforma agrária na região do Triângulo Mineiro

Apesar da aparente riqueza e desenvolvimento do Triângulo Mineiro, que lhe deu o título de celeiro do mundo, o pequeno produtor do cerrado, permaneceu à margem desse processo, desamparado pelos sistemas de crédito,

pesquisa, e assistência técnica. Com baixo nível de tecnologia, e produtividade, baixo poder de barganha e custos de produção elevados, a pequena propriedade tem se tornado cada vez menos produtiva, e a tendência tem sido a sua extinção, a menos que esse processo seja revertido.

O surgimento da luta pela terra na região do Triângulo Mineiro ocorreu há aproximadamente dezoito anos. (Os dados apresentados aqui fizeram parte da Pesquisa de Mestrado: “Educação e reforma agrária: (re) configurações entre a cidade e o campo” defendida em Dezembro de 2001). Nos anos de 1983 e 1984, aconteceu a primeira ocupação na fazenda CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais) no município de Santa Vitória, às margens do Rio Paranaíba, culminando no assentamento de 24 famílias, na Fazenda Santa Cruz de Macaúbas.

Em seguida, em 1996, ocupou-se uma fazenda em Capinópolis. Não conseguindo resultados, os acampados instalaram-se simultaneamente nas Fazendas Bártira e Barreiro, ambas com localização na cidade de Iturama, finalizando no assentamento de 130 famílias.

A ocupação da Fazenda Varginha, em Iturama, aconteceu em 19 de março de 1993 e, após três anos e meio, os assentados deslocaram-se para a Fazenda Santo Ignácio Ranchinho, resultando no assentamento de 107 famílias.

O processo que perpassa as décadas de 1980 e 1990 deu origem a três assentamentos na região do Triângulo Mineiro: Iturama, Santa Vitória e Campo Florido, e alguns acampamentos em Santa Vitória e Araxá.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nasceu das lutas concretas pela conquista da terra, que foram acontecendo de forma isolada na região Sul, no final da década de 1970. Enquanto acelerava-se a expulsão de uma parte de trabalhadores na área rural, acontecia a modernização da agricultura.

O capitalismo nacional não assimilava as contradições existentes no campo, pois juntamente com o crescimento do êxodo rural para a cidade e a política de colonização, aumentava a existência dos grandes latifúndios improdutivos.

O predomínio de agroindústrias gerou relações econômicas, sociais, culturais e de poder político que estão asfixiando

essa agricultura familiar. O empobrecimento dessa parte da população rural provocou a emigração de milhões dessas famílias para outras regiões, originando-se daí violentos conflitos de terras (FREIRE; 1997: 14).

Nas décadas de 1930 e 1940, ocorreram vários conflitos de terra, de forma isolada, mas entre 1979 e 1980, no bojo da luta pela redemocratização, surgiu uma forma de pressão dos camponeses: ocupações organizadas por dezenas e centenas de famílias, que culminaram no primeiro encontro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em 1984.

Como lembra IOKOI (1992), o primeiro processo de luta pela terra ocorreu no município de Ronda Alta, fronteira com Santo Ângelo, Cruz Alta e Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, depois do golpe militar de 1964. Em março de 1981, cerca de 500 famílias de agricultores sem-terra decidiram ocupar a Encruzilhada do Natalino, também no Rio Grande do Sul.

A organização dos Movimentos de luta pela terra vêm crescendo em todo país, levando a sociedade a se posicionar, seja discordando ou concordando, mas sem dúvida levantando uma discussão

social sobre as reais condições de vida da maioria da população brasileira.

Por meio das leituras e debates, pode-se notar que a crise da terra revela facetas de uma estrutura social que marginaliza os pequenos produtores, fato incoerente, na medida em que esse país, tecnologicamente urbanizado, depende do campo para obtenção da maior parte da produção alimentícia.

A reforma agrária depende de uma decisão política do Estado, podendo-se perceber por parte dos meios políticos e econômicos um esforço em dificultar, tanto a tentativa de aumentar a produtividade dos assentamentos e acampamentos, quanto de melhorar o nível de vida da população rural.

No início da organização e formação dos Movimentos, o principal estímulo que levava as famílias a lutarem pela reforma agrária era a conquista da terra. Atualmente, as reivindicações acontecem em busca da conquista de direitos básicos de sobrevivência.

Nascido no final da década de 70 no Rio Grande do Sul, o MST está estruturado hoje em 19 estados brasileiros, tendo sob sua influência 620 assentamentos rurais, nos quais vivem aproximadamente 100 mil famílias,

beneficiadas por 6,5 milhões de hectares de terras. O Movimento coordena as lutas de outras 15 mil famílias de trabalhadores rurais sem terras. Nas escolas dos assentamentos, estima-se que estudem de 27 a 30 mil crianças de 6 a 14 anos e trabalhem aproximadamente mil professores; estima-se ainda que 25 mil crianças estejam fora da escola (HAMIDA; 1988: 14).

Nos anos de 1990 e 2000, intensificaram-se as ocupações nessa região. A fazenda Tangará, próxima ao Município de Uberlândia, foi ocupada por 718 famílias, aguardando definição do INCRA, quanto a desocupação da terra.

Em 2001, encontramos, no Município de Uberlândia, a fazenda Matinha com um total de 50 famílias, que aguarda vistoria e laudo de improdutividade; a fazenda Marco Branco, ocupada por 40 famílias; a fazenda Rio das Pedras, com um total de 87 famílias assentadas; a fazenda Palmas da Babilônia, com 40 famílias assentadas, já produzindo o suficiente para a subsistência; a fazenda Nova Palmas com 15 famílias, que se encontra em fase de assentamento; a fazenda Capim Branco, ocupada por 250 famílias de trabalhadores rurais que, apesar das dificuldades de falta de alimentos, agasalhos, remédios e lonas para

formação de barracos, resiste e aguarda o posicionamento do INCRA; o acampamento Emiliano Zapata, com um total de 80 famílias; o assentamento Zumbi dos Palmares com 27 famílias, que produz o necessário para a subsistência. O Município de Uberlândia possui atualmente um total de 8 assentamentos e 3 acampamentos.

No Município de Tupaciguara, encontram-se a fazenda São Domingos, ocupada pela segunda vez, primeiro pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e depois pelo MSLT de Luta, em um total de 100 famílias.

No Município de Uberaba, encontram-se em fase de ocupação as fazendas Monte Castelo, com 60 famílias; e a Fazenda Turbante do Cedro (não foi encontrado o total de famílias).

No Município de Ituiutaba, foram assentadas 31 famílias na Fazenda Engenheiro da Serra; encontram-se acampadas 400 famílias na fazenda Pântano Mariano, e 25 famílias lutaram e conseguiram garantir a fazenda Capão Branco para a agricultura familiar, o que caracteriza em um total de 2 acampamentos e 1 assentamento.

No Município de Santa Vitória, encontram-se acampadas 45 famílias na

fazenda Curiango, esperando a posse da terra e resistindo à organização de fazendeiros e jagunços. Constitui-se atualmente um total 4 assentamentos e 2 acampamentos.

No Município de Campina Verde, encontram-se 45 famílias assentadas na fazenda São José; a fazenda Nova São José, com 60 famílias assentadas e a fazenda Itambé (não foi apresentado o total de famílias), que sofrem constantes ameaças de pistoleiros e fazendeiros. Hoje o Município possui 2 assentamentos.

No Município de Gurinhatã, 60 famílias se encontram acampadas na fazenda Rosada; e 15 famílias se encontram na mesma situação na fazenda Douradinho, representando 2 acampamentos.

No Município de Sacramento, pode-se averiguar, na fazenda Olhos D'Água, a presença de 47 famílias, que se organizaram e conquistaram a posse da terra, o que culminou em 1 assentamento.

No Município de Araguari, se encontram em fase de assentamento, 44 famílias na fazenda Bom Jardim; e 58 famílias em fase de pré-assentamento, na fazenda Beija Flor. Pode-se dizer que existem 2 assentamentos, por faltar

apenas a tramitação legal. O Município de Araxá possui um total de 6 assentamentos, os quais não foram citados os nomes pelo entrevistado.

No Noroeste de Minas, pode-se verificar a presença de 600 famílias, aproximadamente, caracterizando 1 acampamento; foram despejadas da Fazenda Vargem Bonita, e procuram se acampar às margens da BR mais próxima.

Os números aqui apresentados não incluem dados de áreas da região do Alto Paranaíba. As ocupações e assentamentos foram desenvolvidas por todos os Movimentos da região que lutam pela reforma agrária, MST, MLST, MLST de Luta, FETAEMG e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, de acordo com o entrevistado Eurípedes Medeiros Rocha (assessor do Gabinete do Deputado Gilmar Machado para assuntos de reforma agrária no Triângulo Mineiro).

O embate que se trava na luta pela reforma agrária, tanto em nível nacional, quanto na região do Triângulo Mineiro, demonstra duas faces antagônicas: o conservadorismo rural modernizado delinea diretrizes que valorizam a produção para a exportação,

e os pequenos produtores priorizam a produtividade para a subsistência.

Para os Movimentos que lutam pela reforma agrária, democratizar o acesso à terra e qualificar os trabalhadores para o manejo de técnicas que lhe garantam a sobrevivência e a permanência no campo são tarefas essenciais.

Os projetos que surgiram em nível estadual e federal foram frutos de mobilizações dos trabalhadores rurais sem terra, os quais, após assentados, enfrentam o problema mais grave, a falta de recursos para investimentos no setor, conforme SPOSITO (1993).

A Constituição de 1988 definiu uma reforma agrária com caráter capitalista: os proprietários cujas terras são desapropriadas, têm que receber uma indenização justa em relação ao valor de mercado, e, contraditoriamente, não garante a sobrevivência e os direitos dos assentados.

Conquistada a terra, a etapa seguinte, nos espaços de reforma agrária é a escola, que atende crianças em idade escolar, organizam cartilhas próprias, e divide com as mães as tarefas de educar os filhos. Não se permite momentos de ociosidade na fase transitória de acampamentos/assentamentos, mas há

momentos de lazer; caso contrário sua gestão é comprometida, porque as pessoas vivem em situação de limite psicológico.

A educação é uma alternativa para essa sociedade, e se propõe na perspectiva de construção da cidadania. O caminho preponderante para o acesso à educação formal, codificada, ao conhecimento de conteúdos específicos necessários, direta ou indiretamente às atividades profissionais, é ainda o caminho pedagógico freqüentemente utilizado em seu espaço escolar. Em outras palavras: uma trajetória para a ascensão social dos indivíduos, ou um mecanismo de correção das diferenças e desigualdades entre as classes sociais.

O saber educativo e o fazer pedagógico estão ligados às exigências da produção, em um determinado período histórico, com o intuito de oferecer uma formação técnica, repassando conhecimentos que preparassem os indivíduos para o sistema produtivo. A análise das formas de construção do conhecimento está intimamente relacionada à divisão social do trabalho. Diante do exposto acima, é relevante apresentar as considerações finais deste artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os aspectos que permeiam esse tema podem ser vislumbrados no interior da sociedade grupos antagônicos que a perpassam e que de certa forma a direcionam, fazendo com que alguns grupos por serem excluídos de direitos básicos, como o da sobrevivência, busquem formas alternativas para resolução de seus problemas.

Diante do processo de modernização da agricultura esgotou-se para uma parcela da população as possibilidades de vida digna dentro do perímetro rural ou mesmo urbano. Assim, surgiram algumas iniciativas de busca pelo espaço de sobrevivência e de direitos igualitários, o que em parte pode ser explicado pela rotatividade de governantes e parlamentares, ao não se priorizar a resolução desses problemas.

As aproximações do contexto e da complexidade desse espaço alternativo possibilita a percepção de como a modernização da agricultura atingiu os pequenos produtores, tirando-lhes as condições de trabalho autônomo, os quais se transformaram em trabalhadores assalariados, e a indústria não absorveu toda a mão-de-obra que vinha do campo, por isso, muitos ficaram destituídos da terra, gerando

grandes conseqüências sociais.

A reforma agrária vem se configurando como uma necessidade histórica, onde construiu-se uma modernização da agricultura, enquanto salvadora dos problemas econômicos do Brasil, mas, as conseqüências sociais são vivenciadas até hoje.

A região do Triângulo Mineiro tem se demonstrado pioneira no embate pela reforma agrária e, principalmente pela implementação de assentamentos.

As revoluções técnico-científicas ocorridas nacionalmente e mundialmente tem interferido na forma de organização e de trabalho no campo.

A proposta dos Movimentos de Trabalhadores Rurais Sem Terra possibilita a homens, mulheres e crianças uma construção de uma vida mais digna, e convida-os a se tornarem sujeitos, capazes de construir e reconstruir a sua própria história.

Para os Movimentos democratizar o acesso a terra e qualificar os trabalhadores para o manejo de técnicas que lhe garantam a sobrevivência e a permanência no campo são tarefas essenciais.

Portanto, a concepção de trabalho com agricultura em assentamentos de

reforma agrária tem sustentado uma visão diferente dentro dessa sociedade consumista e excludente, apesar de modernizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, B. **Revista Atenção**. São Paulo: Página Aberta. p.30-41.1995.

BRANDENBURG, A. Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento. In:

_____. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Prefácio de Maria Nazareth B. Wanderley. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.p.53-89.

CALDART, R. S. Alfabetização de jovens e adultos: como organizar? **Revista do setor de educação do MST**. São Paulo. 1993. p.27.

CASTRO, F. de P. F. e. Notas sobre a luta da terra em Pernambuco. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 9, p.43-55, jun/1988.

CHIZOTTI, A. Da pesquisa experimental. In: _____. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez,1999. p. 25-37.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 88p.

_____. **Educação e mudança**. Rio

de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p.1-35.

_____. **Pedagogia da autonomia.**

Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1992. p. 1-78.

GRAZIANO DA SILVA, J. As novas atividades no meio rural. In:_____. **O novo rural brasileiro.** Campinas: UNICAMP/IE, 1999. p.93-105.

GRAZIANO NETO, F. Os problemas ecológicos da chamada moderna agricultura. In:_____. **Questão agrária e ecologia: crítica moderna agricultura.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.p. 93-126.

GIROUX, H. **Teoria crítica e resistência em educação.** Petrópolis: Vozes, 1986. 336p.

HAMIDA, E. B. Os Guardiões da “mãe terra”. **Cadernos do Terceiro Mundo,** Rio de Janeiro, n.110. p. 32-33. Jun/1988.

IOKOI, Z. M. G. Lutas camponesas e a formação do Movimento dos Sem-Terra. **Boletim de Geografia Teorética,** Rio Claro, n. 7. p.44-54, Ago./1992.

LIMA, M. H. **Pedagogia dos Sem Terra.** 1998. 108 p. Monografia (Especialização em Planejamento Educacional)- Depop, Universidade

Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1998.

_____. **Educação e reforma agrária: (re)configurações entre a cidade e o campo.** 2001. 182 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia escolar), Universidade Federal de Uberlândia; 2001.

MAIA, C. Capitalismo e questão agrária no Brasil. In: **Cadernos do MLST.** Uberlândia: Kelps, 1999. p. 43-58.

MATTOS, C. C. R. O método dialético em Marx. **Estudos: Revista da Universidade Católica de Goiás,** n. 5. p. 85-100, Set./1994.

MINEIRO, P. Sangue sobre terra. **Cadernos do Terceiro Mundo,** Rio de Janeiro, n.139, p. 42-45, Ago./1991.

MIRANDA NETO, M. J. de. Meio ambiente e modernização agrícola. In:_____. **Os lucros da fome: o mito da escassez de alimentos.** Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1985, p.82-98.

MOREIRA, R. J. A agricultura brasileira: os interesses em jogo no início dos anos 80. **Reforma Agrária,** Campinas, v.12, n.6, p.3-16, Nov./Dez. 1982.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura brasileira: transformações recentes.

In:_____. ROOS, J. L.S. (org.). **Geografia do Brasil**. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 465-534.

PINTO, M. da S. Terra de índios e reforma agrária. **Carta Mensal**, Rio de Janeiro, n. 429, p. 31-49, 1990.

POLLETO, I. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e a luta pela terra. **Caderno do CEAS**., Salvador, n. 097, p. 19-25, Jan./1985.

ROMEIRO, A. R. e ABRANTES, F. J. Uso do solo rural e Tecnologia e meio ambiente. **Reforma Agrária**, Campinas, n.4/5, p. 55-64, Jul./Ago./Set./Out. 1980.

ROCHA, E.; COSTA, P. Fazenda Casas Altas: a luta pela terra prometida . **Cadernos do Terceiro Mundo**, Rio de Janeiro, n. 152, p. 18-19, 1992.

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1992, p. 120-133.

SILVEIRA, J. M^a da e OLALDE, A. R. Aspectos do desenvolvimento recente da biotecnologia e seus impactos na agricultura. In: ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. (org.).

Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 2.ed.

Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. p.243-252.

SPOSITO, M. E. B. Parâmetros curriculares nacionais para o ensino de Geografia: pontos e contrapontos para uma análise. In: CARLOS, A. F.; OLIVIERA, A. U. **Reformas no mundo da educação**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 11-30.

SPOSITO, M. P. A luta pela terra: em um dos assentamentos do estado de São Paulo. **Cadernos do CEAS**, Salvador. n. 145. p. 52-68. 1993.

TIERRA, P. Conferência: **Terra, Política e cidadania**. In: VII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE SOCIOLOGIA CLÍNICA E PSICOSSOCIOLOGIA: transformações sociais, subjetividade e política. Julho/2001, Belo Horizonte, UFMG. **Anais ... VII Congresso Internacional de Sociologia Clínica e Psicossociologia**, 2001. p.9.

WEID, J. M. V.D. A insustentável leveza do ser. **Políticas Ambientais**, Rio de Janeiro, n.2, p.3-5,ago./1999.

WERTEIN, J. e outros. **Educação rural no Terceiro Mundo**: experiências e novas alternativas. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 199-238.1981.